



**AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO  
DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ**

**- AGÊNCIA REGULADORA PCJ -**

**RELATÓRIO DE GESTÃO**

**2015**

## SUMÁRIO

<b>1 - APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>2</b>
<b>2 - IDENTIDADE INSTITUCIONAL .....</b>	<b>3</b>
<b>3 - MUNICÍPIOS INTEGRANTES .....</b>	<b>4</b>
<b>4 - DIRETRIZES ESTRATÉGICAS .....</b>	<b>5</b>
<b>5 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....</b>	<b>6</b>
<b>6 - ESTRUTURA FUNCIONAL .....</b>	<b>7</b>
<b>7 - ESTRUTURA FÍSICA .....</b>	<b>8</b>
<b>8 - DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES .....</b>	<b>9</b>
<b>8.1 – Detalhamento dos Programas e Projetos .....</b>	<b>10</b>
<b>8.2 - Ouvidoria .....</b>	<b>31</b>
<b>8.3 - Divulgação Institucional .....</b>	<b>32</b>
<b>9 - DEMONSTRATIVO CONTÁBIL E FINANCEIRO .....</b>	<b>33</b>
<b>9.1 - Orçamento Anual .....</b>	<b>33</b>
<b>9.2 - Balanço Orçamentário .....</b>	<b>34</b>
<b>9.3 - Balanço Financeiro .....</b>	<b>35</b>
<b>9.4 - Balanço Patrimonial .....</b>	<b>36</b>
<b>9.5 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais .....</b>	<b>37</b>
<b>10 - CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>38</b>

# RELATÓRIO DE GESTÃO – 2015

## 1 - APRESENTAÇÃO

A ARES-PCJ – Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência Reguladora PCJ), é associação pública, criada na forma de consórcio público, como pessoa jurídica de direito público interno de natureza autárquica e integrante da administração indireta de todos os municípios consorciados.

Sua criação foi um marco para a região, pois nasceu da vontade de prefeitos e de dirigentes dos serviços municipais de saneamento, a fim de atender as exigências da Lei federal nº 11.445/2007 (Diretrizes Nacionais do Saneamento Básico) e com apoio do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ) tornou possível viabilizar a sua instalação.

Os objetivos da ARES-PCJ estão voltados para a regulação e a fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, através da gestão associada de serviços públicos, nos municípios associados; verificar e acompanhar o cumprimento dos planos de saneamento básico; fixar, reajustar e revisar os valores das taxas, tarifas e preços públicos dos serviços de saneamento básico; homologar, regular e fiscalizar os contratos de prestação de serviços públicos de saneamento básico; editar normas e regras, etc.

A ARES-PCJ encerrou o Exercício de 2015 com atuação em 52 (cinquenta e dois) municípios associados, sendo 43 (quarenta e três) municípios consorciados, que estão descritos no Protocolo de Intenções convertido em Contrato de Consórcio Público, e 9 (nove) municípios conveniados, que são atendidos através de Convênio de Cooperação.

As atividades desenvolvidas no Exercício de 2015 foram executadas em conformidade com o Programa Anual de Trabalho, incluindo ações de regulação e fiscalização da prestação dos serviços de abastecimento público de água tratada e esgotamento sanitário nos municípios associados, além dos serviços ligados aos resíduos sólidos domésticos no Município de Piracicaba, através de monitoramento e acompanhamento tanto dos aspectos técnico-operacional, quanto aos econômicos e financeiros.

Assim, para que produza os devidos efeitos legais, de publicidade e transparência, a Diretoria Executiva da Agência Reguladora PCJ apresenta este Relatório de Gestão, com objetivo de demonstrar as principais atividades e ações desenvolvidas, relativas à regulação e fiscalização, atividades administrativas, além de outras atividades complementares.

Este Relatório de Gestão, também, visa promover a prestação das contas da Agência Reguladora PCJ, através dos demonstrativos de seus balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, relativos ao Exercício de 2015.

**DIRETORIA EXECUTIVA  
ARES-PCJ**

## **2 - IDENTIDADE INSTITUCIONAL**

### **NOME**

Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

### **NOME FANTASIA / SIGLA**

Agência Reguladora PCJ / ARES-PCJ

### **NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ**

13.750.681/0001-57

### **NATUREZA JURÍDICA**

Associação Pública

### **FORMA DE CONSTITUIÇÃO**

Consórcio Público de Direito Público Interno

### **FINALIDADE**

Regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico nos municípios associados

### **PRAZO DE DURAÇÃO**

Indeterminado

### **ENDEREÇO**

Rua Sete de Setembro, nº 751 – Centro - Americana / SP - CEP 13.465-320

### **TELEFONE / FAX**

(19) 3601-8962 / 3601-8965

### **ENDEREÇO ELETRÔNICO**

arespcj@arespcj.com.br

### **PÁGINA NA INTERNET**

www.arespcj.com.br

### **NORMAS LEGAIS**

Constituição Federal de 1988 - Art. 241 (NR - Emenda Constitucional nº 19/1998)

Lei Federal nº 11.107/2005 - Lei dos Consórcios Públicos e Decreto nº 6.017/2007

Lei Federal nº 11.445/2007 - Política Nacional de Saneamento Básico e Decreto nº 7.217/2010

Protocolo de Intenções (convertido em Contrato de Consórcio Público) e Estatuto da ARES-PCJ

### **REPRESENTANTE LEGAL**

Antonio Fernandes Neto - Prefeito de Cosmópolis e Presidente da ARES-PCJ

### **PERÍODO DE MANDATO**

De 01/04/2015 a 31/12/2016

### **3 - MUNICÍPIOS INTEGRANTES**

A Agência Reguladora PCJ, ao final do Exercício de 2015, estava constituída por 52 (cinquenta e dois) Municípios Associados, sendo 43 (quarenta e três) consorciados e 9 (nove) conveniados. Os Municípios Consorciados possuem Leis de Ratificação do Protocolo de Intenções da ARES-PCJ, convertido em Contrato de Consórcio Público, enquanto os Municípios Conveniados possuem Leis Autorizativas para assinatura de Convênio de Cooperação com a Agência Reguladora PCJ.

#### **3.1 - MUNICÍPIOS CONSORCIADOS:**

<b>Nº</b>	<b>MUNICÍPIO CONSORCIADO</b>	<b>LEI DE RATIFICAÇÃO</b>
01	Águas de São Pedro	1.589/2011
02	Americana	5.460/2013
03	Amparo	3.767/2014
04	Analândia	1.710/2011
05	Araras	4.679/2014
06	Artur Nogueira	3.006/2010
07	Atibaia	3.954/2010
08	Bom Jesus dos Perdões	2.360/2014
09	Campinas	14.241/2012
10	Capivari	3.755/2010
11	Charqueada	1.373/2011
12	Cordeirópolis	2.677/2010
13	Corumbataí	1.416/2010
14	Cosmópolis	3.324/2010
15	Holambra	857/2015
16	Hortolândia	2.645/2010
17	Indaiatuba	6.428/2015
18	Ipeúna	926/2010
19	Iracemápolis	1.844/2010
20	Itatiba	4.322/2011
21	Jaguariúna	2.029/2010
22	Jundiaí	8.266/2014

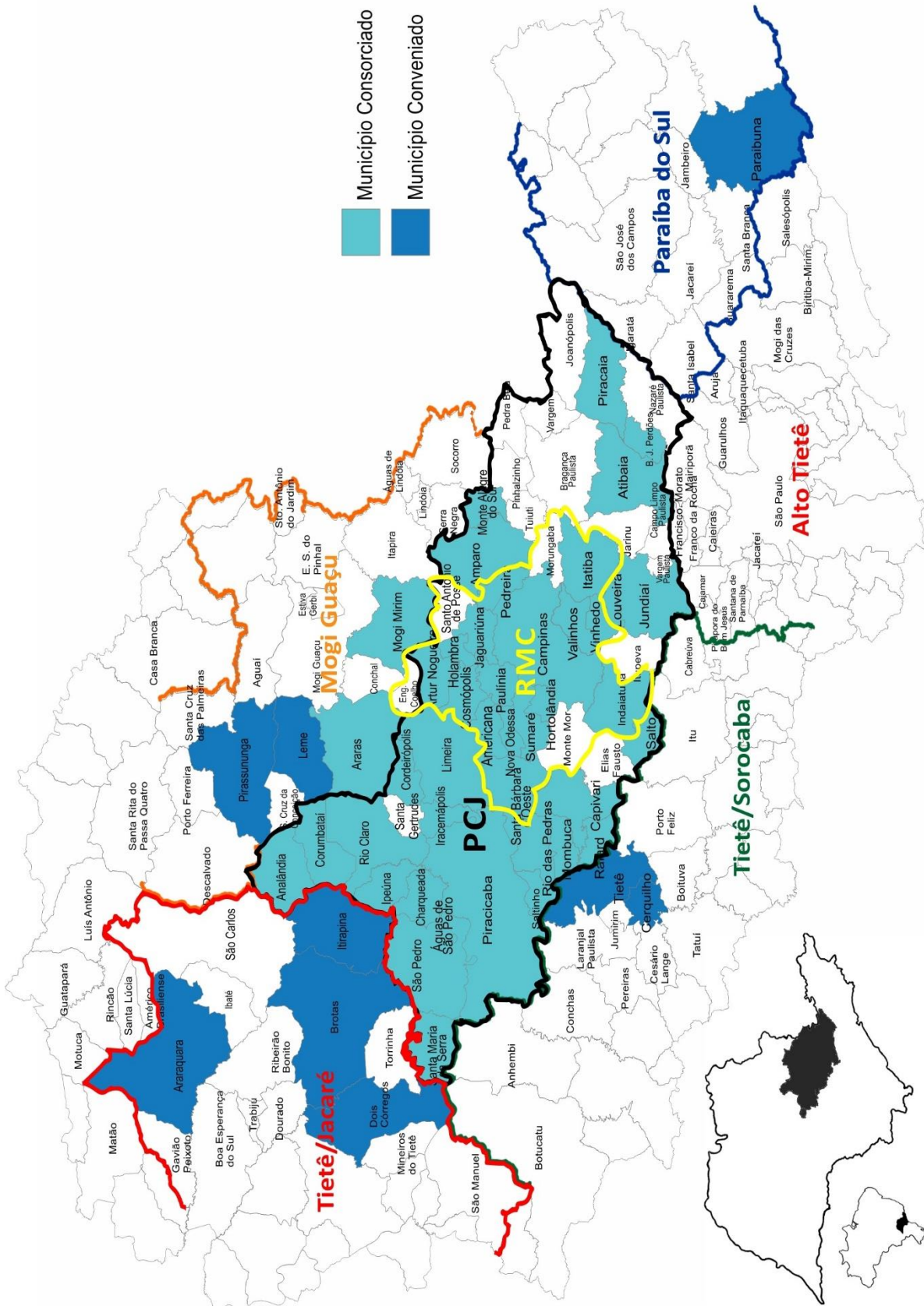
<b>Nº</b>	<b>MUNICÍPIO CONSORCIADO</b>	<b>LEI DE RATIFICAÇÃO</b>
23	Limeira	5.157/2013
24	Louveira	2.320/2013
25	Mogi Mirim	5.030/2010
26	Mombuca	1.280/2010
27	Monte Alegre do Sul	1.574/2011
28	Nova Odessa	2.611/2012
29	Paulínia	3.222/2011
30	Pedreira	3.077/2010
31	Piracaia	2.564/2010
32	Piracicaba	7.371/2012
33	Rafard	1.595/2013
34	Rio Claro	4.129/2010
35	Rio das Pedras	2.662/2011
36	Saltinho	548/2014
37	Salto	3.250/2014
38	Santa Bárbara d'Oeste	3.383/2012
39	Santa Maria da Serra	1.168/2011
40	São Pedro	3.041/2013
41	Sumaré	5.410/2012
42	Valinhos	4.671/2011
43	Vinhedo	3.570/2013

#### **3.2 - MUNICÍPIOS CONVENIADOS:**

<b>Nº</b>	<b>MUNICÍPIO CONVENIADO</b>	<b>LEI AUTORIZATIVA</b>
01	Araraquara	8.178/2014
02	Brotas	015/2015*
03	Cerquilha	3.113/2014
04	Dois Córregos	4.87/2015
05	Itirapina	2.653/2013

<b>Nº</b>	<b>MUNICÍPIO CONVENIADO</b>	<b>LEI AUTORIZATIVA</b>
06	Leme	3.323/2013
07	Paraibuna	2.910/2014
08	Pirassununga	4.594/2014
09	Tietê	3.437/2014

(\*) Chamada Pública



## **4 - DIRETRIZES ESTRATÉGICAS**

A Agência Reguladora PCJ possui as seguintes Diretrizes Estratégicas:

### **4.1 - MISSÃO**

Regular e fiscalizar os serviços públicos de saneamento básico nos municípios associados, com base em normas e indicadores que garantam sua excelência e contribuam para o equilíbrio nas relações entre usuários, prestadores de serviços e poder público.

### **4.2 - VISÃO**

Ser um consórcio público de referência na regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, reconhecido pela competência de seus colaboradores, cooperação institucional, inovação e comprometimento com a qualidade de vida da população.

### **4.3 - VALORES**

Responsabilidade, ética, eficiência, eficácia, transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade.

### **4.4 - OBJETIVOS**

Realizar a gestão associada de serviços públicos, plena ou parcialmente, através do exercício das atividades de regulação e fiscalização de serviços públicos de saneamento básico, aos municípios consorciados e conveniados.

### **4.5 - COMPETÊNCIAS**

Exercer as atividades de regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, delegadas pelos municípios consorciados e conveniados, dentre elas:

- A edição de regulamento, abrangendo as normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, a que se refere o art. 23 da Lei federal nº 11.445/2007;
- O exercício de fiscalização e do poder de polícia relativo aos serviços públicos mencionados, especialmente a aplicação de penalidades por descumprimento de preceitos administrativos ou contratuais, bem como em casos de intervenção e retomada da operação dos serviços delegados, conforme condições previstas em leis e em documentos contratuais;
- A análise, fixação, revisão e reajuste dos valores de taxas, tarifas e outros preços públicos, bem como a elaboração de estudos e planilhas referentes aos custos dos serviços e sua recuperação;
- A fixação, o reajuste de taxas e tarifas relativas aos serviços públicos de saneamento básico prestados nos Municípios consorciados.

## **5 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

A estrutura organizacional da ARES-PCJ é composta por: Assembleia Geral, Presidência e Agência Reguladora, além de contar com o apoio dos Conselhos Municipais de Regulação e Controle Social.



### **5.1 - ASSEMBLEIA GERAL**

É a instância deliberativa máxima da Agência Reguladora PCJ, composta pelos prefeitos dos municípios consorciados, todos com direito a voto, e pelos prefeitos dos municípios conveniados.

### **5.2 - PRESIDÊNCIA**

A Presidência da ARES-PCJ é órgão deliberativo composto por: Presidente, 1º Vice-Presidente e 2º Vice-Presidente, para mandato de dois anos.

#### **a) MANDATO *PRO TEMPORE* (Período de 1º de janeiro a 31 de março de 2015)**

- **Presidente:** Vicente Rigitano - Prefeito de Corumbataí
- **1º Vice-Presidente:** Antônio Fernandes Neto - Prefeito de Cosmópolis
- **2º Vice-Presidente:** Antônio Meira - Prefeito de Hortolândia

#### **b) MANDATO 2015-2016 (Período de 1º de abril de 2015 a 31 de dezembro de 2016)**

- **Presidente:** Antônio Fernandes Neto - Prefeito de Cosmópolis
- **1º Vice-Presidente:** Clayton Roberto Machado - Prefeito de Valinhos
- **2º Vice-Presidente:** Hélio Donizete Zanatta - Prefeito de São Pedro

### **5.3 - AGÊNCIA REGULADORA**

A Agência Reguladora é órgão executivo da ARES-PCJ, composta por: Diretoria Executiva (Diretoria Geral, Diretoria Técnica-Operacional e Diretoria Administrativa e Financeira).

### **5.4 - CONSELHOS DE REGULAÇÃO E CONTROLE SOCIAL**

Os Conselhos de Regulação e Controle Social são órgãos consultivos, de apoio à Agência Reguladora PCJ, criados em cada município associado e são compostos por representantes de diversos segmentos ligados aos serviços públicos de saneamento básico e à sociedade civil, indicados pelo Prefeito Municipal.



## **6 - ESTRUTURA FUNCIONAL**

A estrutura funcional da Diretoria Executiva da Agência Reguladora PCJ, durante o Exercício de 2015, foi composta pelos seguintes colaboradores e estagiários:

### **6.1 - DIRETORIA GERAL**

Diretor: Dalto Favero Brochi

#### **PROCURADORIA JURÍDICA**

Procuradores: Newton Garcia Faustino  
Helder Quenzer

#### **OUVIDORIA**

Ouvidor: Iuri Domarco Botão  
Estagiárias: Beatriz Fernanda do Amaral e Nicole Stigert (até 31/12/2015)

### **6.2 - DIRETORIA TÉCNICO-OPERACIONAL**

Diretor: Carlos Roberto Belani Gravina

#### **COORDENADORIA DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

Coordenador: Daniel Manzi  
Analistas: Ludimila Turetta  
Marcelo Oliveira Santos Bacchi  
Daniele Bertaco Ramirez  
Débora Faria Fonseca  
Fernando Girardi de Abreu (até 31/07/2015)  
Lia Matelli Garcia (até 11/03/2015)  
Estagiários: Guilherme Magri Ramos, Mayara Fernanda Ganassim (até 15/07/2015),  
Jonas Domingues (até 17/07/2015), Melissa A. da Silva (até 01/11/2015),  
Glauber Pittoli (até 31/12/2015) e Gerberson Santos (até 31/12/2015)

### **6.3 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

Diretor: Carlos Roberto de Oliveira

#### **COORDENADORIA DE CONTABILIDADE REGULATÓRIA**

Analistas: Lucas Candido dos Santos  
Geyse Renata Zonzini  
Estagiária: Miriane de Paula Simões

#### **SECRETARIA GERAL**

Coordenador: Paulo de Oliveira Matos Junior  
Assistente: Laís Nonato da Costa  
Auxiliar: Maria Aparecida da Costa G. M. Stefanini  
Estagiários: Victor Martinez da Silveira e Juliana Alcorta Furlan (até 18/02/2015)

## **7 - ESTRUTURA FÍSICA**

### **7.1 - SEDE - AMERICANA**

A sede da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - ARES-PCJ, está localizada no município de Americana / SP, na Rua Sete de Setembro, nº 751 - Centro.

Ao final do Exercício de 2015, na sede da ARES-PCJ estavam lotados 13 (treze) colaboradores e 5 (cinco) estagiários e onde são centralizadas as atividades e ações técnicas e administrativas relativas à regulação e fiscalização dos serviços de água e esgoto, além da procuradoria e ouvidoria.

A partir de 1º de janeiro de 2016 a Sede - Americana concentrará todas as atividades administrativas e técnicas relativas à regulação e fiscalização dos serviços de água e esgoto.

### **7.2 - ESCRITÓRIO REGIONAL - PIRACICABA**

Localizado no Centro Empresarial Balamnut, na Rua Dr. Paulo de Moraes, nº 555 - Sala 21- Bairro Paulista - Piracicaba / SP.

No Escritório Regional - Piracicaba estão 2 (dois) analistas e 1 (um) estagiário e são desenvolvidas atividades voltadas à fiscalização dos serviços de água e esgoto e de limpeza pública, além do acompanhamento das atividades das concessões e das parcerias público-privadas (PPPs). A partir de 1º de janeiro de 2016 o Escritório Regional – Piracicaba desenvolverá apenas as atividades técnicas, relativas à limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos domésticos.

### **7.3 - ESCRITÓRIO REGIONAL - CAMPINAS**

Localizado no Centro Empresarial Conceição, na Rua Conceição, nº 233 - Sala 1206 - Centro - Campinas / SP.

No Escritório Regional - Campinas está 1 (uma) analista e 1 (um) estagiário e são desenvolvidas atividades voltadas à fiscalização dos serviços de água e esgoto e acompanhamento dos Planos Municipais de Saneamento Básico. A partir de 1º de janeiro de 2016 o Escritório Regional – Campinas será desativado e as atividades serão transferidas para a Sede – Americana.

### **7.4 - FROTA DE VEÍCULOS**

A frota da Agência Reguladora PCJ, ao final de 2015, estava composta de 6 (seis) veículos, sendo:

- 01 (um) Hyundai HB 20S;
- 01 (um) Hyundai HB 20;
- 01 (um) Fiat Doblô;
- 03 (três) VW Gol.

## **8 - DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES**

No Exercício de 2015, através da gestão associada de serviços públicos, a Agência Reguladora PCJ desenvolveu atividades de regulação e fiscalização nos municípios associados (consorciados e conveniados), além de ações de fortalecimento institucional, capacitação dos colaboradores e prestadores, dentre outras, conforme Programa Anual de Trabalho - 2015, aprovado na 8ª Assembleia Geral da ARES-PCJ.

O Programa Anual de Trabalho - 2015 foi elaborado pela Diretoria Executiva da ARES-PCJ e dividido em: Programa, Subprograma e Projeto, conforme o quadro abaixo.

<b>ÁREA</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>PROJETO</b>
<b>DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL</b>	<b>01 - Organização Institucional</b>	01.01 - Gestão e Fortalecimento
		01.02 - Sede Própria
	<b>02 - Capacitação e Treinamento</b>	02.01 - Atualização em Regulação
		02.02 - Aprender e Ensinar
	<b>03 - Cooperação Institucional</b>	03.01 - Agências Parceiras
	<b>OUVIDORIA</b>	<b>04 - Publicações Temáticas</b>
<b>05 - Ouvidoria Itinerante</b>		05.01 - Vozes da Rua
<b>SECRETARIA GERAL</b>	<b>06 - Recursos Humanos</b>	06.01 - Nossa Força
	<b>07 - Tecnologia e Informação</b>	07.01 - Informatização
<b>CONTABILIDADE</b>	<b>08 - Contabilidade e Finanças</b>	08.01 - Caixa Forte
		08.02 - Auditoria Externa
	<b>09 - Contabilidade Regulatória</b>	09.01 - Contas Abertas
<b>REGULAÇÃO</b>	<b>10 - Apoio ao Prestador</b>	10.01 - Boas Práticas
	<b>11 - Normas e Regulamentos</b>	11.01 - Normatizar e Crescer
		11.02 - Tarifa Justa
<b>FISCALIZAÇÃO</b>	<b>12 - Indicadores</b>	12.01 - Eficácia com Eficiência
	<b>13 - Planos de Saneamento</b>	13.01 - Saneamento que Queremos
	<b>14 - Visitas e Inspeções</b>	14.01 - Olho Vivo
		14.02 - Qualidade Total

## 8.1 DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E PROJETOS

<b>PROGRAMA Nº 01</b>
<b>ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL</b>
<b>PROJETO Nº 01.01</b>
<b>GESTÃO E FORTALECIMENTO</b>
<b>Objetivo</b>
Implantação e manutenção da administração geral da ARES-PCJ, incluindo a contratação de funcionários, estruturação da parte física, aquisição de bens, equipamentos e materiais, dentre outras. Essas são atividades e ações contínuas.
<b>Metas</b>
Estruturação da Agência Reguladora PCJ para o desenvolvimento das atividades de regulação e fiscalização delegadas pelos municípios associados.
<b>Atividades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliação e manutenção do quadro de funcionários;</li> <li>- Aquisição de veículos, equipamentos de informática;</li> <li>- Compra de materiais de consumo, manutenção e conservação;</li> </ul>
<b>Prazo de Execução</b>
Este é um Projeto de Duração Continuada (PDC).
<b>Resultados Esperados</b>
Melhoria contínua
<b>Coordenação</b>
Dalto Favero Brochi / Carlos Roberto de Oliveira

<b>PROGRAMA Nº 01</b>
<b>ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL</b>
<b>PROJETO Nº 01.02</b>
<b>SEDE PRÓPRIA</b>
<b>Objetivo</b>
Adquirir ou construir a sede da Agência Reguladora PCJ.
<b>Metas</b>
Ter todos colaboradores da ARES-PCJ num único espaço físico.
<b>Atividades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de um Grupo de Trabalho, formado por prefeitos de municípios consorciados;</li> <li>- Escolha do imóvel;</li> <li>- Aquisição do imóvel;</li> <li>- Construção da sede;</li> <li>- Estruturar, equipar e mobiliar a sede.</li> </ul>
<b>Prazo de Execução</b>
Até 4 anos
<b>Resultados Esperados</b>
Ter uma sede própria para a ARES-PCJ.
<b>Coordenação</b>
Dalto Favero Brochi / Carlos Roberto Belani Gravina / Carlos Roberto de Oliveira

<b>PROGRAMA Nº 02</b>
<b>CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO</b>
<b>PROJETO Nº 02.01</b>
<b>ATUALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO</b>
<b>Objetivo</b>
Estimular a participação de funcionários da ARES-PCJ em cursos, seminários e congressos técnicos nacionais e internacionais, para atualização em assuntos diretamente relacionados à regulação do setor de saneamento.
<b>Metas</b>
Atualização de conhecimentos voltados a regulação e assuntos voltados em saneamento básico, resíduos sólidos e drenagem urbana.
<b>Atividades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participação no 2º Fórum Internacional de Reguladores em Londres - Inglaterra;</li> <li>- Participação na WATEC 2015, em Israel;</li> <li>- 28º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental da ABES;</li> <li>- Assembleias da ABAR e da ASSEMAE;</li> <li>- Reuniões da Câmara Técnica de Saneamento (CTSAN/ABAR);</li> <li>- Seminário do Centro de Vigilância Sanitária;</li> <li>- Visita Técnica a Saint Ambroix – França, para estabelecer parceria no combate às perdas hídricas.</li> </ul>
<b>Prazo de Execução</b>
Este é um Projeto de Duração Continuada (PDC).
<b>Resultados Esperados</b>
Aprimorar conhecimentos nas áreas de regulação e fiscalização.
<b>Coordenação</b>
Dalto Favero Brochi / Carlos Roberto Belani Gravina / Carlos Roberto de Oliveira

<b>PROGRAMA Nº 02</b>
<b>CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO</b>
<b>PROJETO Nº 02.02</b>
<b>APRENDER E ENSINAR</b>
<b>Objetivo</b>
Promover a capacitação de funcionários da ARES-PCJ, através de participação em cursos e treinamentos e oferecer os conhecimentos adquiridos aos colaboradores dos prestadores de serviços de saneamento.
<b>Metas</b>
<b>Atividades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participação no curso gratuito de Regulação Econômica em Turim (Itália), dentro da <i>Turin Summer School of Local Regulation</i>.</li> <li>- Participação de funcionários em capacitações oferecidas pelo ProReg / ABAR.</li> <li>- Participação da ARES-PCJ no Programa Interágua, do Ministério das Cidades.</li> </ul>
<b>Prazo de Execução</b>
Este é um Projeto de Duração Continuada (PDC).
<b>Resultados Esperados</b>
Aprimorar conhecimentos nas áreas de regulação e fiscalização.
<b>Coordenação</b>
Dalto Favero Brochi / Carlos Roberto Belani Gravina / Carlos Roberto de Oliveira

<b>PROGRAMA Nº 03</b>
<b>COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL</b>
<b>PROJETO Nº 03.01</b>
<b>AGÊNCIAS PARCEIRAS</b>
<b>Objetivo</b>
Trocar experiências e informações na área de saneamento com outras agências reguladoras nacionais e internacionais.
<b>Metas</b>
Desenvolvimento e Aprimoramento de técnicas para a regulação.
<b>Atividades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reuniões de trabalho com representantes da ERSAR - Portugal, ARIS, AGIR, ARSAL, além de contatos com outras entidades reguladoras, no âmbito da ABAR;</li> <li>- Fomento e participação da 1ª ENARMIS – Encontro Nacional das Agência Reguladoras Municipais e Intermunicipais de Saneamento, em Florianópolis (SC).</li> </ul>
<b>Prazo de Execução</b>
Este é um Projeto de Duração Continuada (PDC).
<b>Resultados Esperados</b>
Troca de experiências nas áreas de regulação e fiscalização.
<b>Coordenação</b>
Dalto Favero Brochi



<b>PROGRAMA Nº 04</b>
<b>PUBLICAÇÕES TEMÁTICAS</b>
<b>PROJETO Nº 04.01</b>
<b>NOSSA IMPRESSÃO</b>
<b>Objetivo</b>
Difundir as atividades e ações da ARES-PCJ, através das diversas mídias
<b>Metas</b>
Divulgação institucional
<b>Atividades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração de material de divulgação institucional</li> <li>- Elaboração do informativo Regulação</li> <li>- Inserção de informações no sítio eletrônico</li> <li>- Inserção de informações nas redes sociais</li> </ul>
<b>Prazo de Execução</b>
Este é um Projeto de Duração Continuada (PDC).
<b>Resultados Esperados</b>
Aprimorar continuamente a divulgação institucional da Agência Reguladora PCJ.
<b>Coordenação</b>
Dalto Favero Brochi / Iuri Domarco Botão

<b>PROGRAMA Nº 05</b>
<b>OUVIDORIA ITINERANTE</b>
<b>PROJETO Nº 05.01</b>
<b>VOZES DA RUA</b>
<b>Objetivo</b>
Dirimir possíveis dúvidas e intermediar a solução de divergências, registrar reclamações e sugestões dos usuários sobre os serviços regulados e encaminhar as reclamações aos prestadores dos serviços de saneamento básico para fins de solução do problema.
<b>Metas</b>
Mediar o relacionamento entre a os usuários, os prestadores dos serviços de saneamento básico e a comunidade.
<b>Atividades</b>
Levar o atendimento aos usuários aos municípios associados
<b>Prazo de Execução</b>
Este é um Projeto de Duração Continuada (PDC).
<b>Resultados Esperados</b>
Canal de comunicação entre os usuários, prestadores e Agência Reguladora PCJ
<b>Coordenação</b>
Dalto Favero Brochi / Iuri Domarco Botão

<b>PROGRAMA Nº 06</b>
<b>RECURSOS HUMANOS</b>
<b>PROJETO Nº 06.01</b>
<b>NOSSA FORÇA</b>
<b>Objetivo</b>
Estimular a qualificação profissional e valorizar os funcionários da ARES-PCJ com a participação em cursos, palestras, simpósios e congressos específicos nas áreas de atuação.
<b>Metas</b>
<b>Atividades</b>
<b>Prazo de Execução</b>
Este é um Projeto de Duração Continuada (PDC).
<b>Resultados Esperados</b>
<b>Coordenação</b>
Carlos Roberto de Oliveira / Paulo de Oliveira Matos Junior

<b>PROGRAMA Nº 07</b>
<b>TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO</b>
<b>PROJETO Nº 07.01</b>
<b>INFORMATIZAÇÃO</b>
<b>Objetivo</b>
Informatizar os procedimentos internos
<b>Metas</b>
<b>Atividades</b>
<b>Prazo de Execução</b>
Este é um Projeto de Duração Continuada (PDC).
<b>Resultados Esperados</b>
<b>Coordenação</b>
Carlos Roberto de Oliveira / Paulo de Oliveira Matos Junior

<b>PROGRAMA Nº 08</b>
<b>CONTABILIDADE E FINANÇAS</b>
<b>PROJETO Nº 08.01</b>
<b>CAIXA FORTE</b>
<b>Objetivo</b>
Garantir a solidez e sustentabilidade econômica e financeira do nosso consórcio público, primando pelo aumento da nossa eficiência e otimização dos recursos provenientes da taxa de regulação proveniente de nossos associados.
<b>Metas</b>
<b>Atividades</b>
<b>Prazo de Execução</b>
Este é um Projeto de Duração Continuada (PDC).
<b>Resultados Esperados</b>
<b>Coordenação</b>
Carlos Roberto de Oliveira / Lucas Candido dos Santos

<b>PROGRAMA Nº 08</b>
<b>CONTABILIDADE E FINANÇAS</b>
<b>PROJETO Nº 08.02</b>
<b>AUDITORIA EXTERNA</b>
<b>Objetivo</b>
Dar transparência às contas da ARES-PCJ e confiabilidade às demonstrações contábeis, patrimoniais e financeiras.
<b>Metas</b>
Apoio nas na prestação de contas.
<b>Atividades</b>
- Contratação de auditoria externa independente para acompanhamento e orientação das ações da contabilidade interna.
<b>Prazo de Execução</b>
Este é um Projeto de Duração Continuada (PDC).
<b>Resultados Esperados</b>
Melhor reequilíbrio social e econômico para o prestador de serviço.
<b>Coordenação</b>
Carlos Roberto de Oliveira / Lucas Candido dos Santos

<b>PROGRAMA Nº 09</b>
<b>CONTABILIDADE REGULATÓRIA</b>
<b>PROJETO Nº 09.01</b>
<b>CONTAS ABERTAS</b>
<b>Objetivo</b>
Estabelecer estratégias, procedimentos e ações para a regulação econômica dos serviços públicos de saneamento básico dos municípios vinculados à ARES-PCJ
<b>Metas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhar os sistemas contábeis dos prestadores dos serviços de saneamento.</li> <li>- Apoio nos Reajustes e Revisões tarifárias</li> </ul>
<b>Atividades</b>
<b>Prazo de Execução</b>
Este é um Projeto de Duração Continuada (PDC).
<b>Resultados Esperados</b>
Equilíbrio econômico-financeiro dos prestadores de serviços.
<b>Coordenação</b>
Carlos Roberto de Oliveira / Lucas Candido dos Santos

<b>PROGRAMA Nº 10</b>
<b>APOIO AO PRESTADOR</b>
<b>PROJETO Nº 10.01</b>
<b>BOAS PRÁTICAS</b>
<b>Objetivo</b>
Difundir as metodologias e ações em nível regional, nacional e internacional, visando o aprimoramento e unificação dos prestadores.
<b>Metas</b>
Apoio dos Prestadores de Serviço de Saneamento.
<b>Atividades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração dos modelos de contrato e regulamento de prestação dos serviços, contratação de empresas para diagnóstico de pressão e treinamento em eficiência energética.</li> <li>- Implantação de Distrito de Medição e Controle – DMC (pressão e vazão) em área piloto em Santa Bárbara d’Oeste, visando estimar os índices de perdas de água e extrapolar os resultados e conclusões, no auxílio à redução e controle de perdas de água nos diversos sistemas de abastecimento público de água.</li> </ul>
<b>Prazo de Execução</b>
Este é um Projeto de Duração Continuada (PDC).
<b>Resultados Esperados</b>
Aprimoramento e Unificação dos Prestadores
<b>Coordenação</b>
Carlos Roberto Belani Gravina / Daniel Manzi



<b>PROGRAMA Nº 11</b>
<b>NORMAS E REGULAMENTOS</b>
<b>PROJETO Nº 11.01</b>
<b>NORMATIZAR E CRESCER</b>
<b>Objetivo</b>
Editar normas e regulamentos de condições gerais da prestação dos serviços de forma abrangente e equânime devido à diversidade dos prestadores associados à ARES-PCJ.
<b>Metas</b>
Edição de normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços.
<b>Atividades</b>
Edição de 4 (quatro) resoluções de caráter normativo: <ul style="list-style-type: none"> <li>- RESOLUÇÃO ARES-PCJ Nº 94, de 20/07/2015, que dispõe sobre a metodologia de remuneração pelo custo do sistema de bandeiras tarifárias incidentes sobre a energia elétrica nos contratos de parcerias público-privadas;</li> <li>- RESOLUÇÃO ARES-PCJ Nº 109, de 16/11/2015, que altera a redação de artigos e parágrafos da Resolução ARES-PCJ nº 01, de 21/11/2011, e dá outras providências;</li> <li>- RESOLUÇÃO ARES-PCJ Nº 110 de 16/11/2015, que dispõe sobre a alíquota, metodologia de apuração e forma de repasse do valor da Taxa de Regulação e Fiscalização referente ao Exercício de 2016, cobrada pela ARES-PCJ, junto aos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento, e dá outras providências;</li> <li>- RESOLUÇÃO ARES-PCJ Nº 115, de 17/12/2015, que estabelece condições, procedimentos e metodologia de cálculo das tarifas a serem observados pelos prestadores dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, dos municípios associados à ARES-PCJ, quando do reajuste e revisão de tarifas de água e esgoto, e dá outras providências.</li> <li>- Realização de oficinas, consultas e audiências públicas para discussão e diagnóstico da situação dos resíduos sólidos urbanos nos municípios associados, visando a edição das Condições Gerais para Prestação dos Serviços de Resíduos Sólidos Urbanos.</li> </ul>
<b>Prazo de Execução</b>
Este é um Projeto de Duração Continuada (PDC).
<b>Resultados Esperados</b>
Normalizar, de forma equânime e exequível, a prestação dos serviços de saneamento.
<b>Coordenação</b>
Carlos Roberto Belani Gravina / Daniel Manzi

<b>PROGRAMA Nº 11</b>
<b>NORMAS E REGULAMENTOS</b>
<b>PROJETO Nº 11.02</b>
<b>TARIFA JUSTA</b>
<b>Objetivo</b>
Identificar e estabelecer o custo unitário e a tarifa necessária no âmbito de cada prestador, conforme sua realidade. Estabelecer divulgar uma formula paramétrica para aplicação dos dados por ocasião dos reajustes e revisões tarifárias.
<b>Metas</b>
Melhor equilíbrio financeiro do Prestador de Serviço.
<b>Atividades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Edição de 29 (vinte e nove) Resoluções de reajustes tarifários;</li> <li>- Edição de 14 (quatorze) Revisões extraordinárias de tarifas de água e esgoto;</li> <li>- Realização de Consulta e Audiência Pública, para a emissão da Resolução ARES-PCJ nº 115, de 17/12/2015, que estabelece condições, procedimentos e metodologia de cálculo das tarifas a serem observados pelos prestadores dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, dos municípios associados à ARES-PCJ, quando do reajuste e revisão de tarifas de água e esgoto, e dá outras providências.</li> </ul>
<b>Prazo de Execução</b>
Este é um Projeto de Duração Continuada (PDC).
<b>Resultados Esperados</b>
Equilíbrio econômico e social do Prestador de Serviço
<b>Coordenação</b>
Carlos Roberto Belani Gravina / Daniel Manzi

<b>PROGRAMA Nº 12</b>
<b>INDICADORES</b>
<b>PROJETO Nº 12.01</b>
<b>EFICÁCIA COM EFICIÊNCIA</b>
<b>Objetivo</b>
Avaliar o desempenho dos prestadores, através de indicadores comuns de prestação dos serviços de água, esgoto e resíduos sólidos.
<b>Metas</b>
Acompanhar desenvolvimento da prestação de serviço através de indicadores de qualidade.
<b>Atividades</b>
- Contratação de consultoria para atuar junto a CTSAN - Câmara Técnica de Saneamento da ABAR e estabelecer os indicadores, com divulgação do Relatório de Avaliação de Desempenho 2015.
<b>Prazo de Execução</b>
Este é um Projeto de Duração Continuada (PDC).
<b>Resultados Esperados</b>
Melhoria da prestação de serviço.
<b>Coordenação</b>
Carlos Roberto Belani Gravina / Daniel Manzi

<b>PROGRAMA Nº 13</b>
<b>PLANOS DE SANEAMENTO</b>
<b>PROJETO Nº 13.01</b>
<b>SANEAMENTO QUE QUEREMOS</b>
<b>Objetivo</b>
Acompanhar a realização efetiva dos investimentos relacionados nos PMSB de cada município, bem como identificar e quantificar as ações nos contratos de PPP e/ou concessões.
<b>Metas</b>
Acompanhar e gerenciar as ações estabelecidas nos Planos de Saneamento Básico de cada município em atendimento à Lei federal nº 11.445/2007.
<b>Atividades</b>
Participação de reuniões e audiências públicas em municípios, relacionadas aos investimentos previstos e propostos, e suas respectivas inclusões em LOA e PPA.
<b>Prazo de Execução</b>
Este é um Projeto de Duração Continuada (PDC).
<b>Resultados Esperados</b>
Fomentar o desenvolvimento e a universalização dos serviços de saneamento
<b>Coordenação</b>
Carlos Roberto Belani Gravina / Daniel Manzi

<b>PROGRAMA Nº 14</b>
<b>VISITAS E INSPEÇÕES</b>
<b>PROJETO Nº 14.01</b>
<b>OLHO VIVO</b>
<b>Objetivo</b>
Inspecionar e fiscalizar todas as instalações de todos os prestadores de serviço de saneamento, orientando e apontando os pontos de não conformidades.
<b>Metas</b>
Diagnosticar, fiscalizar e avaliar as centrais de produção (ETAs e ETEs), além dos reservatórios e redes de distribuição de água e coleta, afastamento de esgoto.
<b>Atividades</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>- Inspeção de 421 (quatrocentos e vinte e um) sistemas de água e esgoto;</li><li>- Emissão de 57 (cinquenta e sete) relatórios de fiscalização;</li><li>- Ampliação do conjunto de intervenções técnicas.</li></ul>
<b>Prazo de Execução</b>
Este é um Projeto de Duração Continuada (PDC).
<b>Resultados Esperados</b>
Melhoria na prestação de serviço de saneamento.
<b>Coordenação</b>
Carlos Roberto Belani Gravina / Daniel Manzi

<b>PROGRAMA Nº 14</b>
<b>VISITAS E INSPEÇÕES</b>
<b>PROJETO Nº 14.02</b>
<b>QUALIDADE TOTAL</b>
<b>Objetivo</b>
Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços.
<b>Metas</b>
Diagnosticar, fiscalizar e avaliar as centrais de produção (ETAs e ETEs), além dos reservatórios e redes de das distribuições de água e coleta, afastamento de esgoto, com programas próprios.
<b>Atividades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa de monitoramento da qualidade na prestação dos serviços;</li> <li>- Análise da Qualidade da água e do efluente lançado por laboratório independente;</li> <li>- Monitoramento das pressões de água tratada, registradas nos cavaletes;</li> <li>- Distrito de Monitoramento e Controle (DMC) no município de Santa Bárbara d'Oeste.</li> </ul>
<b>Prazo de Execução</b>
Este é um Projeto de Duração Continuada (PDC).
<b>Resultados Esperados</b>
Melhora da prestação de serviço.
<b>Coordenação</b>
Carlos Roberto Belani Gravina / Daniel Manzi

## 8.5 – RESÍDUOS SÓLIDOS

A Prefeitura do Município de Piracicaba assinou Contrato de Parceria Público-Privada (PPP) com a empresa Piracicaba Ambiental S/A, na modalidade de concessão administrativa, para execução de serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e execução de obras da Central de Tratamento de Resíduos Palmeiras no Município de Piracicaba.

A Agência Reguladora PCJ é anuente e interveniente desse Contrato de PPP e, dessa forma, realiza atividades e ações relativas à regulação e fiscalização da prestação dos serviços previstos no contrato. Em 2015, as atividades realizadas foram:

### a) FISCALIZAÇÃO

Em 2015, foram realizadas 188 inspeções nas diversas atividades contratadas pela Prefeitura:

ATIVIDADES FISCALIZADAS	QUANTIDADE
- Coleta Comum Porta a Porta	9.500 ton/mês
- Varrição Manual e Mecanizada das Vias e Logradouros Públicos	9.300 km/mês
- Coleta Seletiva Porta a Porta entregue à Cooperativa do Reciclador Solidário de Piracicaba	200 ton/mês
- Cata-Cacareco	Por Agendamento

### b) INSTALAÇÃO DE PAPELEIRAS E CONTAINERS

Foram realizadas 47 inspeções aos equipamentos instalados pela empresa contratada:

ATIVIDADES FISCALIZADAS	QUANTIDADE
- Instalação de Papeleiras	1.012
- Instalação de Containers	197

### c) ATERRO SANITÁRIO DO PAU QUEIMADO

Foram realizadas 38 inspeções (acompanhamento de obras e visitas técnicas), nas quais se verificou:

- Obras de recuperação dos taludes das células e drenos horizontais de percolados;
- Obras de extinção;
- Serviços de monitoramento de águas subterrâneas e percolados;
- Pesagens dos caminhões na balança;
- Atividades na Área de Transbordo dos Resíduos Sólidos.

#### **d) PROJETO DA CTR-PALMEIRAS E ATERRO SANITÁRIO DE REJEITOS ANEXOS**

Foram realizadas 20 inspeções (acompanhamento de obras e visitas), nas quais se verificou:

- Implantação dos Prédios Administrativos e Sistema Viário Interno;
- Obras da Usina de Compostagem dos Resíduos Sólidos Orgânicos.

#### **e) ACOMPANHAMENTO DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS DE COLETA E VARRIÇÃO**

Acompanhamento das medições dos serviços de coleta e varrição do município de Piracicaba, mês a mês, ao longo do ano de 2015. Também foram realizados acompanhamentos diários da logística de transporte dos caminhões de coletas comum e seletiva e de caminhões pipa para limpeza de pisos de vias e logradouros públicos (varejões, feiras livres e terminais de ônibus) e transporte de água para apoio à implantação das obras da CTR-Palmeiras.

#### **g) PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL VOLTADO PARA RESÍDUOS SÓLIDOS**

O Termo de Referência para o “Desenvolvimento de projeto de Educação Ambiental voltado para resíduos sólidos domiciliares para o município de Piracicaba – SP” foi elaborado pelo GMEA (Prefeitura Municipal de Piracicaba - Secretaria de Defesa do Meio Ambiente e Secretaria de Educação), acompanhado por representantes da ARES-PCJ, discutido em reuniões e entregue à ARES-PCJ.

#### **h) OFICINAS PARA APRESENTAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SOBRE OS RESÍDUOS SÓLIDOS NOS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS À ARES-PCJ**

Foram realizadas oficinas em Campinas, Rio Claro e Piracicaba em março de 2015 para apresentação do diagnóstico dos serviços de resíduos sólidos nos municípios associados à ARES-PCJ.

#### **i) AUDIÊNCIA PÚBLICA - NORMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

Foi realizada, em Americana, audiência pública para discussão e coleta de contribuições para a minuta de resolução das condições gerais de prestação dos serviços de resíduos sólidos no âmbito dos municípios associados à ARES-PCJ.

#### **j) REUNIÕES TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS**

Foram realizados encontros reuniões técnicas, do Conselho de Regulação e Controle Social e audiências, com representantes da Prefeitura Municipal de Piracicaba (SEDEMA e/ou Secretaria de Educação) e/ou da Piracicaba Ambiental S/A.



## 8.6 – OUVIDORIA

A Ouvidoria da Agência Reguladora PCJ é responsável pelo relacionamento entre os usuários, os prestadores dos serviços de saneamento básico e a comunidade.

Compete à Ouvidoria dirimir possíveis dúvidas e intermediar a solução de divergências, registrar reclamações e sugestões dos usuários sobre os serviços regulados e encaminhar as reclamações aos prestadores dos serviços de saneamento básico para fins de solução do problema.

### a) CENTRAL DE ATENDIMENTO

Durante 2015 a Ouvidoria da ARES-PCJ recebeu mais de 5.000 contatos de usuários dos serviços de saneamento, dos quais 495 se converteram em reclamações efetivamente registradas. Isso ocorre porque a Ouvidoria deve ser acionada somente após a tentativa de solução do problema junto ao prestador de serviços. Nos casos em que foram realizadas orientações simples de maneira verbal, ou mesmo recomendado que usuário buscasse o prestador, foi contabilizado apenas o contato.

Dentre as reclamações, a maioria foi sobre falta de água. O segundo principal motivo foram contas, seguido por vazamentos de água e esgoto e atendimento. Em 2015 observou-se ainda um aumento na categoria “outros”, que engloba problemas não elencados nas categorias inicialmente estabelecidas e atingiu 22% do total de reclamações. Desta forma, a partir de 2016, serão incluídas novas categorias para que o diagnóstico dos problemas enfrentados pela população possa ser aperfeiçoado. A divisão das reclamações por assunto encontra-se abaixo.

RECLAMAÇÕES À OUVIDORIA - 2015	PERCENTUAL
Conta (elevada/ incorreta)	15%
Falta d'água	17%
Nova ligação	6%
Buracos não arrumados	11%
Qualidade da água	2%
Vazamento água	7%
Vazamento esgoto	8%
Atendimento	7%
Outros	22%

Chama atenção também na análise dos resultados da Ouvidoria no ano de 2015, o número de reclamações respondidas com sucesso, que saltou de 83% para 99%. O resultado pode ser atribuído ao trabalho de aproximação da ARES-PCJ com os setores responsáveis pelas ouvidorias dos prestadores dos serviços de saneamento no município, que se deu pela realização da Capacitação para Ouvidorias no Saneamento, realizada em abril de 2015, em Americana, que teve os 50 lugares esgotados.

Apesar do elevado número de reclamações respondidas e solucionadas, resta ainda aperfeiçoar o trabalho em relação aos prazos. A Resolução ARES-PCJ nº 49, que trata dos procedimentos da Ouvidoria, estipula que o prazo para resposta dos prestadores é de 10 dias, prorrogáveis por mais 5 em caso de solicitação do prestador para casos mais complexos.

Tal prazo foi rigorosamente cumprido em 59% das reclamações, porém 40% delas foram respondidas fora do prazo.

A solução imaginada para avançar nestes números é aumentar a divulgação da Resolução nº 49, alertando aos prestadores sobre o cumprimento dos prazos, bem como esclarecendo a possibilidade de pedidos de prorrogação em casos complexos, uma vez que grande parte das respostas fora do prazo de 10 dias acabaram respondidas em 15 dias.

A atividade de formação realizada em 2015 deve ser repetida em 2016, a fim de aproximar ainda mais os responsáveis por analisar e solucionar os problemas relacionados à prestação dos serviços de saneamento.

#### **b) OUVIDORIA ITINERANTE**

A procura pela Ouvidoria da ARES-PCJ segue crescendo à medida que a população toma conhecimento de sua existência e mecanismo de funcionamento. No final de 2014, com a finalidade de aumentar a interlocução com os usuários dos serviços de saneamento, foram iniciadas as visitas da Ouvidoria Itinerante, que leva o atendimento da Ouvidoria para os municípios associados. Em 2014 foram seis visitas, com 427 atendimentos realizados, sempre em praças públicas. O mecanismo foi mantido em 2015, e o número de atendimentos nas praças chegou ao total de 38 municípios, com 1.985 atendimentos. Para o próximo ano, a ideia é diversificar a forma de atendimento e buscar aproximação com o usuário que busca atendimento nos prestadores dos serviços de saneamento, realizando, quando possível, a Ouvidoria Itinerante dentro da sede de atendimento ao público dos mesmos.

#### **8.7 - DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL**

A ARES-PCJ se utiliza de mídias impressas e digitais e de redes sociais para publicar e divulgar suas atividades e ações. Durante o ano de 2015 a Agência Reguladora PCJ realizou:

- Publicação: 4 edições impressas do Boletim Informativo Regulação. Foram distribuídos nos municípios associados às prefeituras, câmaras de vereadores e autarquias municipais, bem como entregues à população nas atividades de Ouvidoria Itinerante;
- Material institucional: canetas, estojos e blocos para cursos realizados pela ARES-PCJ;
- Divulgação de releases e atendimento à imprensa regional, além de acompanhamento das publicações e coleta do *clipping*, que em 2015 contabilizou 194 matérias;
- Publicação de 81 notícias no site da ARES-PCJ ([www.arespcj.com.br](http://www.arespcj.com.br)).

## **9 - DEMONSTRATIVO CONTÁBIL E FINANCEIRO**

### **9.1 - ORÇAMENTO ANUAL**

Durante a 7ª Assembleia Geral Ordinária da ARES-PCJ, ocorrida no Município de Americana / SP, em 06/11/2014, foi aprovada a Proposta de Orçamento para o Exercício de 2015, na ordem de R\$ 6.000.000,00. O Orçamento para o Exercício de 2015 foi revisado em 05/11/2015, durante a 9ª Assembleia Geral Ordinária, sendo:

<b>AGÊNCIA REGULADORA PCJ - ORÇAMENTO 2015</b>			
<b>(Revisto em 05/11/2015)</b>			
<b>RECEITA</b>	<b>R\$</b>	<b>DESPESA</b>	<b>R\$</b>
<b>1 - RECEITAS CORRENTES</b>	<b>6.000.000,00</b>	<b>3 - DESPESAS CORRENTES</b>	<b>5.585.000,00</b>
<b>1.3 - Receita Patrimonial</b>	<b>300.000,00</b>	<b>3.1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>2.510.000,00</b>
Receitas Financeiras	300.000,00	Vencimentos e Vantagens	1.975.000,00
		Obrigações Patronais	520.000,00
<b>1.6 - Receita de Serviços</b>	<b>5.450.000,00</b>	Indenizações e Restit. Trabalhistas	15.000,00
Taxa de Regulação (Água e Esgoto)	4.600.000,00		
Taxa de Regulação (Resíduos Sólidos)	850.000,00	<b>3.3 - Outras Despesas Correntes</b>	<b>3.075.000,00</b>
		Material de Consumo	240.000,00
<b>1.9 - Outras Receitas Correntes</b>	<b>250.000,00</b>	Despesas com Viagens	100.000,00
Programa de Educação Ambiental	250.000,00	Outros Serv. Terceiros - P. Física	145.000,00
		Outros Serv. Terceiros - P. Jurídica	2.490.000,00
<b>2 - RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	Obrigações Trib. e Contributivas	50.000,00
		Auxílio Transporte	50.000,00
		<b>4 - DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>315.000,00</b>
		<b>4.4 - Investimentos</b>	<b>315.000,00</b>
		Equipamentos e Matl. Permanente	110.000,00
		Aquisição da Sede Própria	205.000,00
		<b>9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>100.000,00</b>
		<b>9.1 - Reserva de Contingência</b>	<b>100.000,00</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>6.000.000,00</b>	<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>6.000.000,00</b>

## 9.2 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS PCJ (ARES-PCJ)									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015									
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS					
RECEITAS	VALOR (R\$)			DESPESAS	VALOR (R\$)				
	PREVISÃO	REALIZADAS	SALDO		DOTAÇÃO	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>6.000.000,00</b>	<b>7.558.389,07</b>	<b>1.558.389,07</b>	<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>5.550.415,60</b>	<b>4.741.925,28</b>	<b>4.728.244,78</b>	<b>4.533.621,14</b>	<b>808.490,32</b>
Receita Tributária	5.450.000,00	6.059.316,89	609.316,89	Pessoal e Encargos	2.510.000,00	2.256.363,22	2.256.363,22	2.122.125,30	253.636,78
Receita Patrimonial	300.000,00	1.130.318,47	830.318,47	Outras Desp. Correntes	3.040.415,60	2.485.562,06	2.471.881,56	2.411.495,84	554.853,54
Outras Rec. Correntes	250.000,00	368.753,71	118.753,71						
				<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>349.584,40</b>	<b>184.472,56</b>	<b>184.472,56</b>	<b>175.447,10</b>	<b>165.111,84</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>27.170,00</b>	<b>27.170,00</b>	Investimentos	229.584,40	184.472,56	184.472,56	175.447,10	45.111,84
				Inversões Financeiras	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
				<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>
				<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>6.000.000,00</b>	<b>4.926.397,84</b>	<b>4.912.717,34</b>	<b>4.709.068,24</b>	<b>1.073.602,16</b>
				<b>SUPERÁVIT / DÉFICIT NO EXERCÍCIO</b>	<b>0,00</b>	<b>2.659.161,23</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>6.000.000,00</b>	<b>7.585.559,07</b>	<b>1.585.559,07</b>	<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>6.000.000,00</b>	<b>7.585.559,07</b>	<b>4.912.717,34</b>	<b>4.709.068,24</b>	<b>1.073.602,16</b>

### 9.3 - BALANÇO FINANCEIRO

<b>AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS PCJ (ARES-PCJ)</b>					
<b>BALANÇO FINANCEIRO - ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>					
<b>RECEITA</b>	<b>VALOR EM R\$</b>		<b>DESPESAS</b>	<b>VALOR EM R\$</b>	
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exerc. Anterior</b>		<b>Exercício Atual</b>	<b>Exerc. Anterior</b>
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>7.585.559,07</b>	<b>6.470.132,78</b>	<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>4.926.397,84</b>	<b>4.020.187,97</b>
Ordinária	7.558.389,07	6.470.132,78	Ordinária	4.926.397,84	4.020.187,97
Vinculada (Alienação de Veículo)	27.170,00	0,00	Vinculada	0,00	0,00
<b>RECEITA EXTRA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>739.126,73</b>	<b>722.753,41</b>	<b>DESPESA EXTRA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>769.544,63</b>	<b>560.047,18</b>
<b>RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO)</b>	<b>217.329,60</b>	<b>243.020,88</b>	<b>RESTOS A PAGAR (LIQUIDADOS)</b>	<b>239.701,42</b>	<b>92.169,83</b>
RP Não Processados - Inscrição no Exercício	13.680,50	0,00	Restos a Pagar Processados e Pagos	175.163,46	92.169,83
RP Processados - Inscrição no Exercício	203.649,10	243.020,88	Restos a Pagar Não Processado. Liquidado e Pago	64.537,96	0,00
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>364.508,07</b>	<b>282.279,25</b>	<b>DEPÓSITOS</b>	<b>372.554,15</b>	<b>270.392,73</b>
Retenções, Depósitos, Cauções, INSS e Impostos	364.508,07	282.279,25	Retenções, Depósitos, Cauções, INSS e Impostos	372.554,15	270.392,73
<b>OUTRAS MOVIMENT. EXTRA ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>157.289,06</b>	<b>197.453,28</b>	<b>OUTRAS MOVIMENT. EXTRA ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>157.289,06</b>	<b>197.484,62</b>
Conforme Anexo 13-A	157.289,06	197.453,28	Conforme Anexo 13-A	157.289,06	197.484,62
<b>SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>8.437.022,05</b>	<b>5.824.371,01</b>	<b>SALDOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE</b>	<b>11.065.765,38</b>	<b>8.437.022,05</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>8.437.022,05</b>	<b>5.824.371,01</b>	<b>DISPONÍVEL</b>	<b>11.065.765,38</b>	<b>8.437.022,05</b>
Caixa	876,82	23,51	Caixa	1.878,08	876,82
Bancos Conta Movimento	1.005.158,24	327.767,34	Bancos Conta Movimento	991.636,16	1.005.158,24
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	7.365.986,99	5.496.580,16	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	10.007.251,14	7.365.986,99
Poupança	65.000,00	0,00	Poupança	65.000,00	65.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>16.761.707,85</b>	<b>13.017.257,20</b>	<b>TOTAL</b>	<b>16.761.707,85</b>	<b>13.017.257,20</b>

## 9.4 - BALANÇO PATRIMONIAL

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS PCJ (ARES-PCJ)					
BALANÇO PATRIMONIAL - ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015					
ATIVO	VALOR EM R\$		PASSIVO	VALOR EM R\$	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exerc. Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exerc. Anterior
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>11.077.996,72</b>	<b>8.445.253,39</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>221.923,34</b>	<b>201.483,78</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>11.000.765,38</b>	<b>8.372.022,05</b>	<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREV. E SOCIAIS</b>	<b>134.237,92</b>	<b>112.628,20</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL</b>	<b>11.000.765,38</b>	<b>8.372.022,05</b>	<b>PESSOAL A PAGAR</b>	<b>88.560,15</b>	<b>74.307,82</b>
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	10.007.251,14	7.365.986,99	<b>ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR</b>	<b>45.677,77</b>	<b>38.320,38</b>
Caixa	1.878,08	876,82	INSS	32.166,50	23.139,25
Bancos Conta Movimento/Contas Próprias/Conta Única	991.636,16	1.005.158,24	FGTS	13.511,27	15.181,13
<b>DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO</b>	<b>12.231,34</b>	<b>8.231,34</b>	<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE CURTO PRAZO</b>	<b>67.949,07</b>	<b>60.463,61</b>
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	4.000,00	0,00	<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NAC. A CURTO PRAZO</b>	<b>67.949,07</b>	<b>60.463,61</b>
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	8.231,34	8.231,34	<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS DE CURTO PRAZO</b>	<b>1.462,11</b>	<b>2.071,65</b>
<b>INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS A CURTO PRAZO</b>	<b>65.000,00</b>	<b>65.000,00</b>	<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS DE CURTO PRAZO COM A UNIÃO</b>	<b>1.462,11</b>	<b>2.031,24</b>
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	65.000,00	65.000,00	PIS/PASEP - A Recolher	1.462,11	2.031,24
			<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS DE CURTO PRAZO COM MUNICIPIOS</b>	<b>0,00</b>	<b>40,41</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>494.048,76</b>	<b>370.449,12</b>	IPTU/TLP - A recolher	0,00	40,41
<b>ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>13.954,93</b>	<b>13.954,93</b>	<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO</b>	<b>18.274,24</b>	<b>26.320,32</b>
<b>CRÉDITOS A LONGO PRAZO</b>	<b>13.954,93</b>	<b>13.954,93</b>	<b>VALORES RESTITUÍVEIS</b>	<b>18.274,24</b>	<b>26.320,32</b>
Dívida Ativa Não Tributária	13.954,93	13.954,93	Consignações	18.274,24	26.320,32
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>480.093,83</b>	<b>356.494,19</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>221.923,24</b>	<b>201.483,78</b>
<b>BENS MÓVEIS</b>	<b>500.060,15</b>	<b>361.574,59</b>			
Bens de Informática	74.179,60	54.596,90	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exerc. Anterior</b>
Móveis e Utensílios	61.683,85	48.192,45	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>11.350.122,14</b>	<b>8.614.218,73</b>
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	7.363,13	6.862,48	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL</b>	<b>2.766.601,85</b>	<b>2.766.601,85</b>
Veículos	296.847,82	231.714,82	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>2.766.601,85</b>	<b>2.766.601,85</b>
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	52.588,85	13.170,32	Patrimônio Social - Consolidação	2.766.601,85	2.766.601,85
Demais Bens Móveis	7.396,90	7.037,62	<b>RESULTADOS ACUMULADOS</b>	<b>8.583.520,29</b>	<b>5.847.616,88</b>
<b>(-) DEPRECIÇÃO, EXAUTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS</b>	<b>-19.966,32</b>	<b>-5.080,40</b>	<b>SUPERAVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS</b>	<b>8.583.520,29</b>	<b>5.847.616,88</b>
(-) Depreciação acumulada - Bens Móveis	-19.966,32	-5.080,40	Superávits ou Déficits do Exercício	2.735.903,41	2.631.474,42
			Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	5.847.616,88	3.203.398,57
			Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	12.743,89
			<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>11.350.122,14</b>	<b>8.614.218,73</b>
<b>TOTAL</b>	<b>11.572.045,48</b>	<b>8.815.702,51</b>	<b>TOTAL</b>	<b>11.572.045,48</b>	<b>8.815.702,51</b>

## 9.5 - DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS PCJ (ARES-PCJ)					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	VALOR EM R\$		VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	VALOR EM R\$	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exerc. Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exerc. Anterior
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA</b>	<b>6.059.316,89</b>	<b>5.455.188,37</b>	<b>PESSOAL E ENCARGOS</b>	<b>2.290.268,52</b>	<b>1.747.792,77</b>
Taxas	6.059.316,89	5.455.188,37	Remuneração a Pessoal	1.572.595,73	1.118.561,59
			Encargos Patronais	454.510,81	341.118,55
<b>VARIAÇÕES PATRIMON. AUMENTATIVAS FINANC.</b>	<b>1.130.318,47</b>	<b>699.423,99</b>	Benefícios a Pessoal	33.905,30	25.137,19
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00	Outras Variações Patr. Diminutivas - Pessoal e Enc.	229.256,68	262.975,44
Remun. de Depósitos Bancários e Aplic. Financeiras	1.130.318,47	699.423,99			
			<b>USO DE BENS, SERVIÇOS E CONS. DE CAPITAL FIXO</b>	<b>2.482.606,22</b>	<b>2.069.933,28</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	Uso de Material de Consumo	152.717,53	337.769,96
Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00	Serviços	2.314.239,39	1.727.080,22
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	Depreciação, Amortização e Exaustão	15.649,30	5.083,10
<b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMON. AUMENTATIVAS</b>	<b>368.753,71</b>	<b>315.520,42</b>	<b>VARIAÇÕES PATRIM. DIMINUTIVAS FINANCEIRAS</b>	<b>4.346,28</b>	<b>5.227,83</b>
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	368.753,71	315.520,42	Outras Variações Patr. Diminutivas - Financeiras	4.346,28	5.227,83
			<b>DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORP.</b>	<b>18.053,62</b>	<b>409,32</b>
			Perdas com Alienação	18.053,62	0,00
			Perdas Involuntárias	0,00	409,32
			<b>TRIBUTÁRIAS</b>	<b>27.211,02</b>	<b>15.295,16</b>
			Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.352,98	3.711,32
			Contribuições	22.858,04	11.583,84
			<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS</b>	<b>4.822.485,66</b>	<b>3.838.658,36</b>
			<b>RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)</b>	<b>2.735.903,41</b>	<b>2.631.474,42</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7.558.389,07</b>	<b>6.470.132,78</b>	<b>TOTAL</b>	<b>7.558.389,07</b>	<b>6.470.132,78</b>

## **10 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A criação da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - ARES-PCJ foi um marco para a região. A entidade nasceu da vontade dos prefeitos e dos dirigentes dos serviços municipais de saneamento, a fim de atender as exigências da lei federal nº 11.445/2007.

A ARES-PCJ atua em âmbito regional, por isso a união dos municípios é de fundamental importância. O Exercício de 2015 foi encerrado com 52 (cinquenta e dois) municípios associados e há perspectivas de ampliação desse número para o próximo ano.

Como pode ser observado neste Relatório de Gestão - 2015, a Agência Reguladora PCJ, mesmo em fase de estruturação institucional, já apresenta resultados positivos na regulação e fiscalização dos serviços de saneamento, notadamente em água e esgoto.

Avanços podem ser verificados também na gestão institucional, com a contratação de empregados, oriundos de Processos Seletivos, visando a melhoria da regulação e fiscalização e no fortalecimento da governança institucional, principalmente com o aumento do número de Municípios Associados.

Outro avanço foi o estabelecimento de instrumentos regulatórios emitidos pela ARES-PCJ, como a metodologia e procedimentos, através de fórmula paramétrica e de sistema de contabilidade regulatória, que agilizarão todos os procedimentos a serem utilizados quando dos cálculos dos reajustes e revisões das tarifas dos serviços de saneamento.

Para os próximos anos, um dos principais desafios da ARES-PCJ é iniciar a regulação e fiscalização dos prestadores dos serviços públicos voltados à limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos domésticos. Vale ressaltar que desde agosto de 2012 a ARES-PCJ exerce a regulação desses serviços no Município de Piracicaba.